

MARIA LAMAS, A ATIVISTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES

Virgínia Baptista

Investigadora do Instituto de História Contemporânea
FCSH-Universidade Nova de Lisboa

Maria Lamas, nascida em Torres Novas (1893-1983), jornalista, escritora, antifascista, foi uma mulher que viveu, agiu e interveio social e politicamente para além do seu tempo: na defesa dos direitos das mulheres, em prol da igualdade entre todas as pessoas, combatendo a repressão da ditadura do Estado Novo.

Um percurso de vida pioneiro durante o Estado Novo

Numa época em que as mulheres eram menorizadas pelo Código Civil de 1867 (que vigorou até 1966) e pela Constituição de 1933, cuja visão política preconizava a mulher cuidadora do lar e da família, dependente do chefe de família masculino, “o homem ganha pão”, Maria Lamas afrontou a ideologia do Estado Novo: foi mãe de três filhas e divorciada por duas vezes. O rendimento familiar adveio-lhe do seu trabalho de jornalista, uma profissão predominantemente masculina, tendo sido no jornal *O Século* diretora da revista *Modas e Bordados*, de 1928 a 1947, de onde saiu compulsivamente, mas determinada, passando a ter empregos precários e momentos de dificuldades económicas. Na revista, abordavam-se temáticas de esclarecimento às mulheres e de solidariedade entre elas. Regressou em democracia, em 1975, convidada para diretora honorária da então revista *Mulher, Modas e Bordados*. Apesar de não se enquadrar no seu caso, é de recordar que a Concordata entre Portugal e a Santa Sé, de 1940, proibiu a dissolução dos casamentos legitimados pela Igreja, o que contribuiu para que Portugal tivesse 15,7% de crianças ilegítimas, uma das taxas mais elevadas da Europa, que se manteve até à democracia.

Na sua ação destemida, inconformada e comprometida, lutou pelos direitos das mulheres do seu país. Não se denominou feminista, mas conheceu e contactou com gerações de feministas como Angelina Vidal, Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Maria Veleza Elina Guimarães, Maria Antónia Palla, Maria Isabel Barreno, entre outras, e afirmou: «Comecei a preocupar-me com a vida da mulher à medida que eu própria ia despertando para a vida»⁽¹⁾.

Foi uma mulher antifascista, presa por quatro vezes (1949, 1950, 1951 e 1953), podendo ter sido simpatizante do Partido Comunista Português, embora a adesão só se tenha concretizado após o 25 de Abril de 1974. Esteve exilada em França três vezes, em 1953, de 1956 a 1957 e de 1961 a 1969⁽²⁾. A sua visão de luta pela igualdade entre homens e mulheres levou-a dos contactos com antifascistas no país para organizações e congressos internacionais da paz e de mulheres. Em 1975 foi eleita presidente honorária do Movimento Democrático das Mulheres (MDM). A partir de 1978 foi convidada para diretora da revista *Mulheres*, criada no âmbito do MDM.

O ativismo em prol dos direitos das mulheres

Testemunho da sua ativa intervenção é o seu legado dos estudos sobre as mulheres: as grandes exposições organizadas e os livros publicados, principalmente entre os anos 30 e 50, que tiveram como temática a condição das mulheres em Portugal.

Em 1930, a 17 de maio, por iniciativa de Maria Lamas foi inaugurada a exposição que decorreu em onze salas do jornal “O Século”, “Mulheres Portuguesas – Exposição da Obra Feminina, Antiga e Moderna desde a Renascença até aos Nossos Dias”, um vasto inventário da produção criadora das mulheres portuguesas, de âmbito literário, artístico e científico sob o lema “Sejamos inteligentemente mulheres”. Neste contexto, foram reconstituídos os salões de Maria Amália Vaz de Carvalho, de Carolina Michaelis de Vasconcelos e o ateliê da marquesa de Alorna, com o mobiliário cedido por familiares. Retrataram-se mulheres de todas as profissões e de diferentes regiões do país, desde as artesãs às intelectuais, e as atividades manuais, como a confecção de mantas de trapos, e de mulheres artistas e cientistas. Na secção sobre a bibliografia feminina foram expostas centenas de obras, muitas da autoria de mulheres ligadas ao movimento feminista. Este acontecimento, inédito em Portugal, teve ampla repercussão, agraciado com um louvor do então ministro da Educação Nacional, Gustavo Cordeiro Ramos⁽³⁾.

De destacar que este certame realizado num jornal, em espaço feminino, enformou um pensamento de dignificação da mulher e informou sobre as condições de vida e as atividades de todas as mulheres, enaltecendo-as. E foi também esta visão de jornalista, no âmbito social e etnográfico, ao organizar estes eventos, que formou a personalidade de Maria Lamas com o claro objetivo de mostrar e valorizar as mulheres portuguesas.

De 4 a 12 de janeiro de 1947, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, Maria Lamas organizou outra exposição, «Livros Escritos por Mulheres», abarcando mulheres de vários países, incluindo fotografias de mulheres que se tinham destacado como intelectuais e resistentes contra o nazismo e o fascismo. Deu uma grande visibilidade às causas das mulheres em Portugal e às relacionadas com as organizações feministas e pacifistas internacionais.

Os livros *As Mulheres do Meu País* e *A Mulher no Mundo*, escritos após a Segunda Guerra Mundial, tempo em que vigorava a ditadura salazarista em Portugal, mostraram e desocultaram as mulheres, «as excluídas da História», quando as representações políticas e sociais as mantinham numa situação de invisibilidade e de silêncio dos quotidianos. Daí o início do livro: «As mulheres que labutam de sol a sol na terra portuguesa costumam definir o seu destino com esta frase concisa e trágica: “A nossa vida é muito escrava”».⁽⁴⁾

A situação de ocultação das trabalhadoras está refletida no Recenseamento Geral da População de 1940, pelo qual as mulheres eram 22,8% da população no mercado de trabalho e, num país essencialmente rural, as contabilizadas como trabalhadoras agrícolas representavam apenas 7,96% da população ativa.⁽⁵⁾

Para afrontar e confrontar esta ideia, Maria Lamas escreveu *As Mulheres do Meu País*, uma grande reportagem sobre a situação das mulheres portuguesas, inicialmente editado em 15 fascículos mensais, para contornar a censura. De 1948 a 1950, percorreu todo o país, desde as aldeias mais ignoradas às serras, vales, litoral, lezírias e montes, e esteve na Madeira e nos Açores. Observou por todo lado mulheres a exercerem o seu trabalho nas mais variadas profissões: camponesas, trabalhadoras em indústrias caseiras, mulheres ligadas ao mar, operárias, trabalhadoras liberais (professoras, médicas, funcionárias dos correios e telégrafos, telefonistas, empregadas de escritório, datilógrafas, enfermeiras, advogadas), artistas e também as mulheres domésticas. Na realidade, Maria Lamas mostrava o que o Estado Novo pretendia invisibilizar com a defesa da ideologia da mulher no lar velando pela família, como doméstica ou reduzida às funções de trabalhadora auxiliar do chefe de família masculino.

Em 1953, a obra publicada *A Mulher no Mundo* aborda uma história no feminino: a primeira parte: «A Mulher nos tempos primitivos» e «A Mulher nos Povos da Antiguidade»; segunda parte: «A Mulher na Idade Média» e «Da Renascença à Revolução Francesa» e a terceira parte: «A Revolução Francesa e a Transformação da Mulher» e «A Mulher no Século XX» (6).

Como lutadora pelos direitos das mulheres e antifascista, Maria Lamas aceita em 1938 a presidência da Associação Feminina para a Paz (1935-1952), encerrada neste último ano pelo governo.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, Maria Lamas foi uma das pioneiras entre as assinantes das listas de formação do Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ), que considerou ter sido o seu primeiro ato político: «Ao fazê-lo, saí do anonimato»(7). Depois da extinção do MUD (janeiro de 1948), aderiu ao Movimento Nacional Democrático (MND), de onde surgirá o Movimento Nacional Democrático Feminino. Integrou, em 1945, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), assumindo a presidência da direção, entre julho de 1945 até 1947, quando a organização foi fechada por ordem da Polícia Judiciária. Os objetivos programáticos do CNMP visavam a discussão de problemáticas relativas às mulheres, assim como promover a sua dignificação e emancipação. Poder-se-á reconhecer uma intercomunicabilidade entre o CNMP e a AFP que, apesar de extinta em 1952, manteve a sua atividade.

Maria Lamas esteve no congresso fundador da Federação Democrática Internacional das Mulheres (FIDM), em Paris, em 1946, ao lado de Eugénie Cotton (cientista, discípula de Marie Curie, feminista e membro do Partido Comunista Francês), pela defesa da paz e dos direitos das mulheres. Referiu a propósito: «Desde 1946 que ia a Congressos que se realizavam em vários países. Mais concretamente, posso referir-me à Bélgica, onde estive em contacto com dezenas de mulheres que tinham vivido a guerra, que tinham sofrido torturas e vexames de toda a ordem. Esse contacto direto com tanta gente heróica deu-me um impulso muito grande. Regressei a Portugal, disposta a dedicar a minha vida à luta antifascista»(8).

Durante a campanha de Norton de Matos à presidência, em 1949, em 28 de janeiro, na sessão de apoio promovida pela Comissão Feminina, Maria Lamas fez um discurso em nome das mulheres democratas. Saliu o receio do regime ditatorial relativamente às mulheres, nomeadamente enquanto eleitoras: «A operária e a mulher da classe média são, dentre a população feminina portuguesa, consideradas pelo Estado Novo um perigo imediato, que ameaça velhos e deprimentes preconceitos, falsas educações, teorias hipócritas e processos intolerantes que ainda deformam, lamentavelmente, a mentalidade de tantos portugueses e portuguesas. Basta a lei eleitoral, que exclui do sufrágio a grande massa de trabalhadoras e domésticas, especialmente as casadas, para provar que o governo não protege, antes deprime e pretende desvalorizar essas mulheres. Será que o Estado Novo tem medo da consciência esclarecida da mulher?»(9)

Assumiu, ousadamente, a sua posição antifascista quando assinou, em 19 de junho de 1950 (em conjunto com José Morgado, Albertina Macedo e Areosa Feio), um requerimento endereçado ao presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, sobre os maus tratos infligidos aos presos, com referência à morte de Militão Bessa Ribeiro, José Moreira, enlouquecimento de José Augusto da Silva Martins e morte de Wenceslau Ramos, na sede da Pide, no Porto(10).

Nos anos 50, integrou o Conselho Mundial da Paz. Nos congressos mundiais de Mulheres e ainda, nos congressos mundiais da Paz, percorreu grande parte da Europa, visitou o Japão, China, Ceilão e URSS, ocorrendo em 1975 a sua última viagem ao estrangeiro para participar, como convidada de honra, no VII Congresso da FDIM, em Berlim. Em 1953, participou no Congresso Mundial das Mulheres e no Conselho Mundial da Paz. No Congresso Mundial das Mulheres, segundo o jornal *Avante!*, denunciou a situação das mulheres portuguesas, maioritariamente excluídas de votar e a receberem de um terço a metade do salário dos homens(11).

Exilada em França, Maria Lamas desenvolveu intensa atividade política e apoiou os portugueses aí refugiados por se oporem à ditadura. Terá conhecido a escritora Marguerite Yourcenar.

Miriam Halpern Pereira, pioneira nos estudos da História Contemporânea portuguesa, refere que conheceu Maria Lamas (que vivia na altura em Carcavelos) em Portugal no contexto de um piquenique. Terá sido um passeio de mulheres jovens e estudantes, provavelmente no âmbito do MUDJ. Teria, então, 17 anos e preparava-se para entrar na Universidade⁽¹²⁾.

Defende que Maria Lamas tinha uma forte ligação às mulheres mais novas, englobando-as na defesa geral dos direitos das mulheres, sendo conselheira de muitas.

Miriam Halpern Pereira, mais tarde também exilada em Paris, conviveu aí com Maria Lamas e recorda, além do seu empenho coletivo, o seu lado solidário e muito humano. Foi visita de sua casa e, apesar das dificuldades económicas por que passaria, levava sempre uma recordação e era muito gentil na companhia que fazia. Maria Lamas teve um papel importante na divulgação das suas provas de doutoramento, tendo estado presente nas mesmas.

Em 1970, no dia 8 de março, na presença de centenas de mulheres, Maria Lamas proferiu uma conferência, na Cova da Piedade, comemorativa do Dia Internacional da Mulher e em nome do MDM. Em 1 de março de 1974, esta lutadora pela liberdade foi testemunha de defesa de Maria Isabel Barreno no chamado “Processo das Três Marias”, em Lisboa.

Viveu intensamente os acontecimentos posteriores ao 25 de Abril de 1974. Em maio de 1976, em sessão de homenagem promovida pelo Movimento Unitário de Trabalhadores Intelectuais para a Defesa da Revolução (MUTI), proferiu: «Perguntaram-me (...) qual tinha sido a coisa mais importante que me tinha acontecido em toda a minha vida (...) eu vi nitidamente, no presente, e no futuro, e no passado, esta resposta: a coisa mais importante da minha vida foi a minha tomada de consciência política (...) é que esta palavra política assume proporções cada vez mais importantes, mais prometedoras e ao mesmo tempo ameaçadoras»⁽¹³⁾.

Maria Lamas teve indelevelmente uma vida invulgar durante o Estado Novo, foi uma combatente e ativista incansável pelos direitos das mulheres em Portugal e também uma cidadã do mundo, empenhando-se em congressos e reuniões internacionais pelas causas das mulheres e da paz.

Referências bibliográficas:

- 1 Maria Antónia Fiadeiro, *Maria Lamas. Biografia*. Lisboa, Quetzal Editores, 2003, p. 19.
- 2 Fernando Rosas, *Estudos sobre o Comunismo* (dir. José Pacheco Pereira), n.º 2, I-IV, 1984, pp. 62-64 e José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*, vol. 3, Lisboa, Temas e Debates, 2005, pp. 122-123.
- 3 AHS- ICS, Fundo PQ, 3259, Doc 0311.
- 4 Maria Lamas, *As Mulheres do Meu País*, Lisboa, Actuaális, 1950.
- 5 Virgínia do Rosário Baptista, *As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal: Representações e Quotidianos (1890-1940)*, Lisboa, CIDM, 1999, p. 38 e p. 42.
- 6 AHS- ICS, Fundo PQ 4666, P.424.
- 7 Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres portuguesas na resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 94.
- 8 Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres...*, p. 96.
- 9 Cecília Honoro, *Mulheres Contra a Ditadura*, Lisboa, Bertrand Editora, 2014, p. 24, cit. *As mulheres de Portugal* (Coletânea de alguns discursos pronunciados para Propaganda da Candidatura, «Palestra de D. Maria Lamas», pp. 21-22).
- 10 Espólio Pinto Quartín, doc. 41, n. 573, doc. 31, n. 563.
- 11 Cecília Honoro, *Mulheres...*, p. 90, referência ao jornal Avante n.º 178, julho de 1953.
- 12 Depoimento da historiadora Miriam Halpern Pereira em 29 de junho de 2017.
- 13 Ramos Wanda, Lamas, Maria da Conceição Vassalo e Silva, *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito), vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, p. 506.